

TECNOLOGIAS, TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE: SENTIDOS HEGEMÔNICOS NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO

Fátima Machado ¹

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise do texto da Base Nacional Curricular Formação (BNC-Formação) com vistas à homologação da Resolução CNE/CP 2 de 20 de dezembro de 2019 buscando apontar em que medida os textos produzem e reproduzem modelos e sentidos hegemônicos (Gramsci, 1999, Fairclough, 2016). Partimos do entendimento de que a formação de professores e as políticas de educação no Brasil vêm sendo atravessadas por interesses do capital e pela sanha neoliberal de mercantilização da educação (Jessop, 2017; Leher, 2022). A pesquisa vale-se da Análise Crítica do Discurso (ACD) faircloughiana e espera-se que as problematizações sejam instrumentos de luta e resistência para outras frentes que têm se posicionado pela revogação da resolução homologada e que sirvam para pavimentar caminhos para uma formação crítico-emancipadora, formulações democráticas no âmbito das políticas educacionais e proposições de contradiscursos que possam mobilizar mudanças nas práticas discursivas. Os resultados preliminares do estudo em andamento apontam para uma naturalização de discursos de padronização e controle e de subsunção do trabalho docente a uma perspectiva neoliberal que posiciona a formação e o trabalho docente como elemento subjacente e a inserção das tecnologias como uma espécie de solução mítica para os problemas educacionais. Isso se conecta aos efeitos da financeirização e aos interesses de enunciadores hegemônicos, como organismos internacionais que, em seus documentos, anunciam sua perspectiva de educação para os países periféricos.

Palavras-chave: Formação Docente, Trabalho Docente, BNC Formação, Tecnologias na Educação.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe uma análise de documentos (leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres, planos) que descrevem políticas educacionais e curriculares nacionais com olhares para as relações discursivas que se estabelecem, sobretudo no que concerne o trabalho e a formação docente e o uso das tecnologias na educação. O recorte aqui apresentado é parte do estudo em andamento e se encarregou de analisar o texto da Base Nacional Curricular Formação (BNC-Formação) com vistas à homologação da Resolução CNE/CP 2 de 20 de dezembro de 2019.

¹ Doutoranda em Educação do ProPED da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, fatimamachado.rj@gmail.com.



Partindo do entendimento que a formação de professores e as políticas de educação no Brasil vêm sendo atravessadas por interesses do capital e pela sanha neoliberal de mercantilização da educação (Jessop, 2017; Leher, 2022), buscamos apontar em que medida os textos produzem e reproduzem modelos e sentidos hegemônicos (Gramsci, 1999). Nesse sentido, o documento analisado, cujo referencial volta-se para a formação inicial de professores (tanto das Licenciaturas quanto da Pedagogia), trata de descrever e "prescrever" o trabalho docente enfatizando o uso das tecnologias que, em "condições privilegiadas na disputa por hegemonia" (Barreto, 2020, p.3) são postas sob uma luz salvacionista nas formulações.

A pesquisa vale-se da Análise Crítica do Discurso (ACD) faircloughiana e espera-se que as problematizações aqui postas sejam instrumentos de luta e resistência para outras frentes que têm se posicionado pela revogação da resolução homologada, como o Movimento Revoga BNC-Formação, orquestrado pela Frente Nacional. O movimento de resistência defendeu a revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020, tendo sido instituído em 30 de março de 2023 pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e pelo Movimento Nacional em defesa do curso de Pedagogia (MONAPE). O documento "Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação Pela retomada da Res. 02/2015" angariou centenas de assinaturas.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

O estudo apresentado tratou de compreender como o trabalho e a formação de professores e professoras vêm sendo (des)configurados sob o domínio de "novas configurações de mercantilização [que] estão corroendo de modo sistêmico, alargado, generalizado, com a dimensão dos fenômenos públicos, o trabalho docente" (Leher, 2020, p. 93). Soma-se a isso "o discurso ora hegemônico [que] supõe a necessidade da incorporação das TICs como elemento central de políticas educacionais" (Barreto, 2016, p. 3).

Trata-se de uma análise documental cujo *corpus* constituiu-se dos textos da BNC-Formação de 2019. A ACD faircloughiana (Fairclough, 2016) serviu de instrumento teórico-metodológico para a investigação do texto como materialidade discursiva. Partiu-se das seguintes indagações norteadoras: (1) De que formas os documentos oficiais das políticas públicas brasileiras orientam a formação e o trabalho docente? e (2) Em que



medida as tecnologias são descritas nas políticas públicas educacionais sob sentidos hegemônicos?

A investigação fundamenta-se no conceito gramsciano de hegemonia, retomado por Fairclough (2016), que compreende o discurso como elemento constitutivo das lutas hegemônicas, nas quais se articulam práticas sociais, políticas e ideológicas. Em diálogo com Gramsci, Fairclough entende a hegemonia como um processo de direção moral e intelectual que se realiza, em larga medida, por meio do discurso, ou seja, pela capacidade de determinados grupos de instituírem sentidos e valores que se tornam socialmente dominantes ou aceitos. Nesse sentido, o discurso é concebido como uma arena de disputas na qual se produzem e se legitimam as representações que sustentam as relações de poder. A análise, portanto, não se restringe à dimensão linguística, mas busca compreender como os textos e as práticas discursivas contribuem para a (re)produção de ideologias, operando tanto na manutenção quanto na transformação da ordem social vigente (Fairclough, 2016).

Com base nessa concepção, o modelo tridimensional proposto por Fairclough orienta a leitura do *corpus* empírico (o texto), permitindo examinar as relações entre texto, prática discursiva e prática social. A dimensão textual envolve a descrição minuciosa das escolhas lexicais, sintáticas e semânticas que materializam determinadas posições ideológicas; a dimensão da prática discursiva refere-se aos modos de produção, circulação e consumo dos textos, revelando os mecanismos pelos quais sentidos são estabilizados ou contestados; e a dimensão da prática social situa o discurso em seu contexto histórico e institucional, evidenciando as forças hegemônicas que o atravessam. A articulação entre essas dimensões possibilita compreender como os discursos educacionais, em consonância com a leitura gramsciana da ideologia, participam da construção do consenso e da naturalização das racionalidades neoliberais, expressando a disputa pela direção moral e intelectual da sociedade no campo da educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização da análise crítica, é imprescindível compreender o texto como uma prática social, isto é, como produto e, simultaneamente, produtor de relações de poder e de disputas no âmbito discursivo. Nesse contexto, evidencia-se o movimento contínuo de aprofundamento da subordinação real do trabalho ao capital, o que acarreta



novas formas de expropriação tanto da atividade docente quanto do conhecimento produzido pelos professores (Leher, 2016).

Os processos de financeirização e mercantilização da educação brasileira, em todos os níveis e modalidades, consolidam esse projeto de subordinação da esfera educacional à lógica de acumulação do capital, transformando o direito à educação em campo de investimento e de extração de valor. Essa racionalidade neoliberal, assentada sobre princípios de eficiência, competitividade e produtividade, redefine os sentidos da formação humana e do trabalho educativo. A financeirização da educação implica não apenas a entrada maciça do capital privado nos serviços educacionais, mas também a difusão de um *ethos* empresarial que reorganiza as práticas pedagógicas e institucionais segundo parâmetros mercadológicos. Essa dinâmica provoca a corrosão das finalidades públicas da educação, convertendo a formação docente em mercadoria e submetendo o trabalho dos professores a mecanismos de controle e avaliação típicos do mundo corporativo.

Nesse contexto, a docência é progressivamente reconfigurada por práticas de gestão orientadas pela lógica do desempenho, pela intensificação do trabalho e pela fragmentação das tarefas pedagógicas. A precarização manifesta-se, assim, em múltiplas dimensões: na desvalorização salarial, na sobrecarga burocrática, na instabilidade contratual e, sobretudo, na perda de autonomia intelectual e política do professorado. Tais transformações são marcadas também pela incorporação de tecnologias e métricas de produtividade que tendem a desqualificar o saber pedagógico e a dissolver o caráter coletivo e crítico da profissão. A penetração dos fundos de investimento e conglomerados educacionais, articulada a políticas públicas que favorecem a privatização e o ensino a distância (Leher, 2016; Motta, 2012), reforça esse cenário, submetendo a formação e o exercício docente à lógica da financeirização e da rentabilidade, em detrimento de um projeto educativo emancipador

Considerando a questão da formação docente e os dados dos últimos censos da Educação Superior de 2023 e 2024¹ realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as licenciaturas lideram o número de matriculados e concluintes no formato EaD. Portanto, valho-me também da noção de substituição tecnológica do trabalho docente, conforme discute Barreto (2016). A autora aponta para a centralidade do papel atribuído às tecnologias nos documentos orientadores das políticas educacionais. Tais dispositivos tendem a esvaziar a dimensão intelectual e humana do trabalho docente, reduzindo professores e professoras à condição de



executores de tarefas periféricas, secundárias e de natureza gerencial, ou ainda, em determinados contextos, promovendo sua substituição integral, como se observa nas experiências de formação de professores a distância, em que se destaca a fragmentação da docência e a instituição da figura do tutor (Barreto, 2016).

Ademais, a racionalidade utilitarista que permeia a concepção de uma formação orientada às demandas do mercado, expressão da lógica do capital, desestrutura a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o esvaziamento curricular das formações docentes. Tal processo reforça a manutenção dos estudantes oriundos da classe trabalhadora em lugar de conformação e subordinação, internalizando modos de adaptação às exigências da ordem estabelecida (Mészáros, 2005).

RESULTADOS INICIAIS E DISCUSSÃO

Para a análise, seguindo a ACD de Fairclough (2016), é importante situar a dimensão da prática discursiva considerando o processo de produção do texto em análise: a proposta da BNC-Formação que resultou na aprovação da CNE/CP 02/2019 tivera como eixo central acompanhar a BNCC e instituiu-se de forma autoritária e antidemocrática sem diálogos com as entidades e instituições de formação e de representação docente e estudantil (ANFOPE, 2023).

Partindo para a microanálise do texto, o recorte da fase inicial da pesquisa, que ainda se encontra em fase embrionária, apresenta dois exemplos de pontos de entrada selecionados, nos quais se evidenciam aspectos discursivos ligados à comoditização do discurso (Fairclough, 2016). Segundo o autor, a comoditização do discurso figura quando processos e sujeitos envolvidos assumem forma de uma lógica de relação mercadorizada. Na BNC Formação, por exemplo, tal processo atribui à escola, aos seus processos e aos sujeitos envolvidos uma lógica de relação pautada na mercadoria, produto e clientes, como em:

1. “**competências gerais** docentes, bem como as **competências específicas** e as **habilidades** correspondentes a elas” (BRASIL, 2019, p. 2, grifo da autora) onde a escolha lexical reforça, tal qual o faz na BNCC, uma proposta formativa calcada em uma pedagogia neoliberal de orientação tecnicista, pragmática e de viés mercadológico;



2. “realiza **curadoria**” (BRASIL, 2019, p. 17, grifo da autora) em que o termo em destaque pode significar organizar e administrar bens de outrem ou selecionar conteúdo e obras de um dado acervo esvaziando o caráter crítico-reflexivo de “fabulação” do trabalho docente e direcionando-o para um executor-reprodutor de conteúdos e recursos prontos.

Essas são apenas exemplos de análise da dimensão textual que são exploradas com outros pontos de entrada no desenvolvimento da pesquisa em sua totalidade. Pretende-se, no encaminhamento do estudo, ampliar o *corpus* e os pontos de entrada de análise para olhares a subsequentes resoluções e demais textos de políticas públicas nacionais e de organismos internacionais que incidam direta ou indiretamente na orientação dos currículos de formação docente no Brasil.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

O recorte da pesquisa apresentada no XI Congresso Nacional de Educação que compõe esta publicação ainda se encontra em estágio inicial trazendo ainda a intenção de pesquisa aprovada como requisito para ingresso no programa de doutoramento que inicie no primeiro semestre de 2025. Os caminhos e desdobramentos desta fase inicial já orientam a pesquisa para olhares que abarquem a tríade trabalho-formação-carreira docente e as políticas relacionadas.

Os resultados preliminares já apontam para uma naturalização de discursos de padronização e controle e de subsunção do trabalho docente a uma perspectiva neoliberal e gerencialista (Motta, 2012). Ao tecer as primeiras respostas às questões de investigação, vê-se que a formação e o trabalho docente como elemento subjacente e a inserção das tecnologias estrelam como uma espécie de solução mítica para os problemas educacionais. Isso se conecta aos efeitos da financeirização e aos interesses de enunciadores hegemônicos, como organismos internacionais que, em seus documentos, anunciam sua perspectiva de educação para os países periféricos. São exemplos o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agências da Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), dentre outros.



Analisar essas proposições sob uma perspectiva crítica, a partir da ACD, aponta não apenas para como as relações de poder figuram nos eventos discursivos, mas também como essas relações de poder e a luta hegemônica moldam, (des)/(re)configuram e modificam as práticas discursivas sociais e institucionais. Como parte do debate e dos movimentos de resistência frente à política de formação tratada aqui, é imprescindível pavimentar caminhos para uma formação crítico-emancipadora, formulações democráticas no âmbito das políticas educacionais e proposições de contradiscursos que possam mobilizar “mudanças nas práticas discursivas como parte da engenharia da mudança social e cultural” (Fairclough, 2016, p. 27).

Pretende-se, no encaminhamento do estudo, ampliar o *corpus* e os pontos de entrada de análise para olhares a subsequentes resoluções e demais textos de políticas públicas nacionais em forma de leis, emendas, decretos e resoluções, além das formulações de organismos internacionais que incidam direta ou indiretamente na orientação dos currículos de formação docente inicial no Brasil e na constituição e configurações do trabalho e da carreira dos professores e professoras.

REFERÊNCIAS

- ANFOPE. **Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação Pela retomada da Res. 02/2015**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/manifesto-da-frenterevoga-bnc-formacao-pela-retomada-da-res-02-2015/>. Acesso em: 05 abr. 2025.
- BARRETO, R. G. A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 985-1002, 2012
- BARRETO, R. G. Tecnologias e sentidos. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 20, n. 1, 2018.
- BARRETO, R. G. A substituição tecnológica na padronização do ensino. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA RED ESTRADO**, 11., 2020, Cidade do México. Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización. p. 1-16. ISSN 2219-6854. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo2/211.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 247, p. 115-119, 23 dez. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D>. Acesso em: 05 abr. 2025.



FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2025. **Inep divulga resultado do Censo Superior 2024**. 22 de setembro.

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-resultado-do-censo-superior-2024>

JESSOP, B. On academic capitalism. *Critical Policy Studies*, v. 12, n. 1, p. 104-109, 2017. DOI: 10.1080/19460171.2017.1403342. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/19460171.2017.1403342>. Acesso em: 6 abr. 2025.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia COVID 19. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. Especial, p. 78–102, 30 Dez 2022 Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 5 abr 2025.

MOTTA, V. C. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012

